

**INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS**  
**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TECNOLOGIAS AMBIENTAIS**  
**MESTRADO PROFISSIONAL EM TECNOLOGIAS AMBIENTAIS**

**DAVI DE BARROS MENDES**

**EXTRATIVISMO DO OURICURI COMO ALTERNATIVA PARA O**  
**DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL EM ALAGOAS**

**Marechal Deodoro - Alagoas**

**2026**

**DAVI DE BARROS MENDES**

**EXTRATIVISMO DO OURICURI COMO ALTERNATIVA PARA O  
DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL EM ALAGOAS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Tecnologias Ambientais (Modalidade Mestrado Profissional) como requisito para a obtenção do título de Mestre em Tecnologias Ambientais.

**Orientador:** Prof. Dr. Luciano Celso Brandão  
Guerreiro Barbosa

**Marechal Deodoro - Alagoas**

**2026**



**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação**  
**Instituto Federal de Alagoas**  
***Campus* Marechal Deodoro**  
**Biblioteca Dorival Apratto**

---

582.12  
M538e

Mendes, Davi de Barros.

Extrativismo do ouricuri como alternativa para o desenvolvimento rural sustentável em Alagoas / Davi de Barros Mendes. – Dados eletrônicos (1 arquivo : 1,09 MB). – 2026.

Sistema requerido: Adobe Acrobat Reader.

Modo de acesso: Internet.

Dissertação (Mestrado em Tecnologias Ambientais) – Instituto Federal de Alagoas, *Campus* Marechal Deodoro, Marechal Deodoro, 2026.

Orientação: Prof. Dr. Luciano Celso Brandão Guerreiro Barbosa.

1. Extrativismo - Ouricuri. 2. *Syagrus coronata*. 3. Semiárido. 4. Sociobiodiversidade. I. Barbosa, Luciano Celso Brandão Guerreiro. II. Título.

## DAVI DE BARROS MENDES

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Tecnologias Ambientais (Modalidade Mestrado Profissional) como requisito para a obtenção do título de Mestre em Tecnologias Ambientais.

Aprovado em 30 de janeiro de 2026.

### Orientador:



Documento assinado digitalmente

LUCIANO CELSO BRANDAO GUERREIRO BARBO

Data: 25/02/2026 16:52:59-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Prof. Dr. Luciano Celso Brandão Guerreiro Barbosa

### Banca examinadora:



Documento assinado digitalmente

ALTANYS SILVA CALHEIROS

Data: 26/02/2026 14:03:05-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Prof. Dr. Altanys Silva Calheiros

IFAL/Campus Marechal Deodoro



Documento assinado digitalmente

JANAYSON RODRIGUES DOS SANTOS

Data: 25/02/2026 21:13:54-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Prof. Dr. Janayson Rodrigues dos Santos

Secretaria Estadual de Educação de Alagoas

**Marechal Deodoro, Alagoas**

**2026**

## **AGRADECIMENTOS**

Esta pesquisa representou um verdadeiro desafio pessoal, desde a decisão de me candidatar à vaga até a sua conclusão. Por isso, torna-se indispensável registrar meus agradecimentos às pessoas e instituições que contribuíram para que este trabalho se tornasse possível.

Em primeiro lugar, agradeço à minha família. Aos meus filhos, João Pedro e Maria Gabriela, razão e sentido da minha vida, expressei meu amor e gratidão. À minha companheira, Flávia Calheiros, agradeço pelo apoio constante, pelo incentivo e pela compreensão ao longo de toda esta trajetória.

Agradeço ao Instituto Terra Viva pelo apoio incondicional para que eu pudesse desenvolver esta pesquisa.

Agradeço, ao meu orientador Prof. Dr. Luciano Celso Brandão Guerreiro Barbosa, ainda, ao Instituto Federal de Alagoas (IFAL) — Campus Marechal Deodoro, na pessoa de seu corpo docente, pelo suporte acadêmico e pelas contribuições que fortaleceram este estudo. Por fim, registro meu reconhecimento às instituições que prontamente me receberam e colaboraram com esta pesquisa, viabilizando sua realização.

MENDES, Davi de Barros. Extrativismo do ouricuri como alternativa para o desenvolvimento rural sustentável em Alagoas. 77 f. 2026. Trabalho de Conclusão de Curso (Mestrado em Tecnologias Ambientais) – Campus Marechal Deodoro, Instituto Federal de Alagoas, Marechal Deodoro, 2026.

## RESUMO

O ouricuri (*Syagrus coronata* (Mart.) Becc.) é uma palmeira nativa da Caatinga amplamente explorada por comunidades do semiárido nordestino, sendo um importante recurso para a geração de renda, inclusão socioprodutiva e para a proteção/conservação do bioma. Neste sentido, este estudo tem como objetivo caracterizar o sistema produtivo extrativista do ouricuri no semiárido alagoano, abordando seu potencial como vetor de desenvolvimento rural sustentável. A pesquisa exploratória, abordagem quali-quantitativa e corte transversal, utilizou prospecção direta e aplicação de questionários a associações, cooperativas e grupos produtivos de três municípios alagoanos: Inhapi, Água Branca e Senador Rui Palmeira. Os resultados demonstram que a atividade está fortemente associada à agricultura familiar e apresenta predominância feminina, com expressiva participação de mulheres em todas as etapas da cadeia produtiva. O extrativismo assume caráter artesanal, com produção voltada as feiras locais e, pontualmente, a programas institucionais como o PNAE. Foram identificadas fragilidades estruturais e ausência de políticas públicas específicas, que limitam a expansão mercadológica, a agregação de valor e a realização de um extrativismo com bases mais sustentáveis. No entanto, a atividade apresenta elevado potencial socioambiental, contribuindo para a conservação da Caatinga, geração de renda, fortalecimento comunitário e valorização dos saberes tradicionais. O extrativismo do ouricuri reúne condições para se consolidar como uma estratégia de desenvolvimento rural sustentável em Alagoas, desde que apoiado por políticas públicas voltadas à assistência técnica, crédito, infraestrutura, inserção mercadológica e incentivos a preservação e conservação ambiental.

**Palavras-chave:** Extrativismo. *Syagrus coronata*. Semiárido. Sociobiodiversidade.

MENDES, Davi de Barros. Extractive activities of ouricuri as an alternative for sustainable rural development in Alagoas. 77 f. 2026. Final Paper (Master's Degree in Environmental Technologies) – Campus Marechal Deodoro, Federal Institute of Alagoas, Marechal Deodoro, 2026.

## ABSTRACT

The ouricuri (*Syagrus coronata* (Mart.) Becc.) is a palm tree native to the Caatinga widely exploited by communities in the northeastern semi-arid region, being an important resource for income generation, socio-productive inclusion, and for the protection/conservation of the biome. In this sense, this study aims to characterize the extractivist production system of the ouricuri in the semi-arid region of Alagoas, addressing its potential as a driver of sustainable rural development. The exploratory research, with a quali-quantitative approach and cross-sectional design, used direct prospection and the application of questionnaires to associations, cooperatives, and productive groups in three municipalities in Alagoas: Inhapi, Água Branca, and Senador Rui Palmeira. The results demonstrate that the activity is strongly associated with family farming and shows a predominance of women, with expressive participation of women in all stages of the production chain. Extractivism assumes an artisanal character, with production directed to local markets and, occasionally, to institutional programs such as the PNAE. Structural weaknesses and the absence of specific public policies were identified, which limit market expansion, value addition, and the implementation of extractivism based on more sustainable foundations. However, the activity presents high socio-environmental potential, contributing to the conservation of the Caatinga, income generation, community strengthening, and the valorization of traditional knowledge. The extractivism of the ouricuri meets the conditions to consolidate itself as a strategy for sustainable rural development in Alagoas, provided that it is supported by public policies aimed at technical assistance, credit, infrastructure, market insertion, and incentives for environmental preservation and conservation.

**Keywords:** Extractivism; *Syagrus coronata*; Semi-arid; Sociobiodiversity.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

|                                                                                                                                                             |    |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Figura 1 – Mapa de Alagoas: Semiárido e municípios de atuação.....                                                                                          | 27 |
| Figura 2 – Sede da Associação de Mulheres da Serra das Viúvas (AMAUQUI), localizada no município de Água Branca, Alagoas, Brasil .....                      | 32 |
| Figura 3 – Sede do Centro de Apoio Comunitário de Tapera em União a Senador (CACTUS), localizada no município de Senador Rui Palmeira, Alagoas, Brasil..... | 33 |
| Figura 4 – Área de beneficiamento da CACTUS em Senador Rui Palmeira, Alagoas, Brasil .....                                                                  | 35 |
| Figura 5 – Área de beneficiamento da Baixa do Galo em Inhapi, Alagoas, Brasil. Preparação de produtos para fornecimento a UFAL/Campus Sertão.....           | 35 |
| Figura 6 – Expositor de produtos gastronômicos da CACTUS, localizado na sede da instituição em Senador Rui Palmeira, Alagoas, Brasil.....                   | 37 |
| Figura 7 – Produção diária de broas e coquinhos caramelizados da Baixa do Galo em Inhapi, Alagoas, Brasil .....                                             | 38 |
| Figura 8 – Produção diária de cocada da Baixa do Galo em Inhapi, Alagoas, Brasil .....                                                                      | 38 |
| Figura 9 – Palhada in natura para confecção de produtos artesanais. AMAQUI, Água Branca, Alagoas, Brasil.....                                               | 39 |
| Figura 10 – Vassoura artesanal. AMAQUI, Água Branca, Alagoas, Brasil .....                                                                                  | 39 |
| Figura 11 – Cesto artesanal. AMAQUI, Água Branca, Alagoas .....                                                                                             | 40 |
| Figura 12 – Armazenamento da safra para produção ao longo do ano. CACTUS, Senador Rui Palmeira, Alagoas, Brasil.....                                        | 42 |

## **LISTA DE QUADRO**

|                                                                                                                 |    |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Quadro 1 – Caracterização da atividade extrativista desenvolvidas pelas instituições do semiárido alagoano..... | 30 |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

AL – Alagoas

AMAQUI – Associação das Mulheres Quilombolas da Serra das Viúvas

APASA – Associação dos Produtores Agroecológicos do Semiárido Alagoano

ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural

CACTUS – Centro de Apoio Comunitário de Tapera em União a Senador

CAEF – Cooperativa dos Agricultores de Economia Familiar de Inhapi

CEP – Comitê de Ética em Pesquisa

CIAPO – Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica

CNAPO – Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica

CONEP – Comissão Nacional de Ética em Pesquisa

EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

F – Feminino

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ISPN – Instituto Sociedade, População e Natureza

M – Masculino

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

ONG – Organização Não Governamental

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNAPO – Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

RESEX – Reserva Extrativista

SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

SIDRA – Sistema IBGE de Recuperação Automática

SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza

UFAL – Universidade Federal de Alagoas

UPA – Unidade de Pronto Atendimento

## SUMÁRIO

|     |                                                                                       |    |
|-----|---------------------------------------------------------------------------------------|----|
| 1   | INTRODUÇÃO.....                                                                       | 11 |
| 2   | REVISÃO DE LITERATURA .....                                                           | 14 |
| 2.1 | Rural: um espaço em transformação .....                                               | 14 |
| 2.2 | Desenvolvimento Rural Sustentável .....                                               | 17 |
| 2.3 | A Atividade Extrativista no Brasil: importância econômica, social e ambiental .....   | 20 |
| 2.4 | O extrativismo do Ouricuri: cultura e sistema produtivo no semiárido brasileiro ..... | 22 |
| 3   | OBJETIVOS.....                                                                        | 25 |
| 3.1 | Objetivo Geral.....                                                                   | 25 |
| 3.2 | Objetivos específicos.....                                                            | 25 |
| 4   | MATERIAL E MÉTODOS.....                                                               | 26 |
| 4.1 | Tipo de estudo .....                                                                  | 26 |
| 4.2 | Considerações éticas .....                                                            | 26 |
| 4.3 | Procedimentos metodológicos.....                                                      | 26 |
| 4.4 | Apresentação dos municípios sede das instituições estudadas.....                      | 28 |
| 4.5 | Limitações do estudo.....                                                             | 29 |
| 5   | RESULTADOS E DISCUSSÃO.....                                                           | 30 |
| 6   | CONCLUSÃO.....                                                                        | 45 |
| 7   | REFERÊNCIAS .....                                                                     | 48 |
|     | APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO .....                                                       | 55 |

## 1 INTRODUÇÃO

A região semiárida representa cerca de 45,3% da área de todo território alagoano, abrigando cerca de 60 mil propriedades rurais, das quais a sua grande maioria composta por agricultores familiares (IBGE 2017), possuindo um bioma, Caatinga, extremamente rico em endemismo (EMBRAPA, 2024) e apresenta um potencial enorme para a bioprospecção e o uso sustentável, podendo ser decisivo para o desenvolvimento dessa região do país (BRASIL, 2024),

Apesar de todo o seu potencial, a população da região semiárida ocupa as piores posições de índices de desenvolvimento do país (IBGE, 2024), e seu bioma, a Caatinga vem sofrendo uma constante pressão antrópica, com o desmatamento da vegetação nativa, principalmente para a produção agropecuária convencional, especialmente no período atual na região do canal adutor do sertão (ISPN, 2024), bem como para a produção de carvão e a utilização de lenha para a cocção de alimentos. Dados do Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN), consta que Alagoas já contabiliza 82% de sua área desmatada, e juntamente com o estado de Pernambuco, são os estados que mais desmataram a caatinga em 2024 (ISPN, 2024).

Em face dessa dualidade entre a riqueza do bioma caatinga e a miséria de sua população, associado a uma elevada degradação ecológica, algumas atividades apresentam potencial para geração de renda e para a obtenção de desenvolvimento rural com base sustentável. Uma dessas atividades é o extrativismo vegetal, que de acordo com o IBGE (2021), teve um crescimento nacional de 31,5%, atingindo um valor de produção de 6,2 bilhões.

Neste contexto de potencial que detém as atividades ligadas ao extrativismo vegetal, pode ser mencionado o extrativismo do ouricuri (*Syagrus coronata* (Mart) becc.), sendo esta uma palmeira da família das arecáceas, espécie endêmica das regiões mais secas da caatinga, ocorrendo desde o norte de Minas Gerais até o sul de Pernambuco, sendo a Bahia a detentora das maiores concentrações do Ouricuri, e devido ao seu total aproveitamento ele vem sendo explorado de modo extrativista desde o período colonial, mas sua extração em larga escala e de forma insustentável vem causando a extinção das espécies nativas (EMBRAPA, 2022).

Assim, como uma alternativa para mitigar os impactos ecológicos negativos no bioma Caatinga, bem como evitar uma possível extinção da espécie (ouricuri), as práticas de manejo sustentável que, simultaneamente busque a conservação dos ecossistemas, mas que

possibilitem plantios comerciais que respeitem a biodiversidade se constituem numa estratégia importante para o semiárido. Ressaltando ainda que o ouricuri, uma planta nativa, pode ser manejada em cooperação com diversas outras espécies da caatinga (EMBRAPA, 2022).

Em consonância com os problemas e potenciais do semiárido alagoano, se torna indispensável a discussão sobre o desenvolvimento rural sustentável. Segundo o Ministério do Meio Ambiente (BRASIL, 2024), o desenvolvimento rural, bem como o desenvolvimento agrícola vem passando por um período de transição onde o desafio é “enfrentar a dicotomia entre produção e proteção ambiental”. No entanto, diversos autores discutem que o desenvolvimento rural vai muito mais além do que essa dicotomia. Para Ferreira (2012), o enfrentamento dessas questões conceituais passa por compreender os diversos significados que são atribuídos às ideias de desenvolvimento e as noções de rural.

Na ótica de Favareto (2006), o desenvolvimento rural, nas poucas vezes que tentou caminhar para além da produção agrícola, sempre esbarrou na problemática da priorização do produtivismo. É relativamente recente a importância conferida a aspectos humanos e sociais do desenvolvimento como: saúde, educação, assistência social, entre outros temas para se pensar o paradigma do desenvolvimento rural (FERREIRA, 2012).

Além disso, agindo pelo prisma da sustentabilidade, o desenvolvimento rural deve ser construído a partir do incentivo, adoção e disseminação de tecnologias sociais e ecológicas adaptadas às comunidades locais, de forma a potencializar os recursos naturais existentes nos ecossistemas rurais, oferecendo alternativas viáveis para a convivência com a realidade dos atores sociais e da região.

Diante do cenário exposto, este trabalho possui como objeto geral a caracterização do sistema produtivo extrativista do Ouricuri no semiárido alagoano, abordando seu potencial para o processo de desenvolvimento rural com bases sustentáveis. Já como objetivos específicos, se busca:

- Discutir os fundamentos que balizam o paradigma do rural e do desenvolvimento rural sustentável no Brasil;
- Apresentar o ambiente institucional para o extrativismo no semiárido alagoano;
- Caracterizar o sistema produtivo extrativista do ouricuri no semiárido alagoano; e
- Observar se o sistema produtivo extrativista do ouricuri pode ser uma estratégia para o desenvolvimento rural sustentável dos agricultores familiares alagoanos.

Este Trabalho de Conclusão de Curso está dividido em Introdução, 4 (quatro) Capítulos e Considerações Finais. Na Introdução se busca apresentar os parâmetros iniciais para que haja uma melhor compreensão acerca do caminho teórico percorrido, bem como das discussões que aqui serão realizadas. No Capítulo I, Revisão de Literatura, serão abordadas as principais discussões teóricas sobre o rural brasileiro, o conceito de desenvolvimento sustentável e o papel da agricultura familiar e do extrativismo como fontes alternativas de renda. São apresentados os fundamentos históricos, econômicos e sociais que contextualizam a pesquisa. No capítulo II estão descritos os objetivos geral e específicos a que se propõe este estudo. No Capítulo III, está descrita a metodologia utilizada para a coleta de dados, incluindo a abordagem qualitativa e descritiva aplicada nas comunidades do semiárido alagoano. Detalha-se o processo de levantamento de informações junto a cooperativas, associações e grupos comunitários.

No Capítulo IV são apresentados os principais resultados da pesquisa, com foco no sistema produtivo do ouricuri, nas condições do mercado local e institucional, e nos retornos econômicos e sociais gerados pela atividade. As dificuldades enfrentadas pelos extrativistas, como a falta de apoio institucional e a carência de infraestrutura, também são discutidas. Por fim, as Considerações Finais a qual oferece uma síntese dos achados da pesquisa, destacando as conclusões sobre o potencial do extrativismo do ouricuri como estratégia de desenvolvimento rural sustentável.

## **2 REVISÃO DE LITERATURA**

### **2.1 Rural: um espaço em transformação**

O território rural brasileiro sempre foi percebido como um fornecedor de alimentos, matéria-prima e até mesmo mão de obra para o processo de industrialização. No entanto, o rural brasileiro ao longo de meio século vem experimentando transformações de todas as ordens, e a compreensão dessas mudanças, que estão em constante evolução, perpassa pelo estudo do processo histórico indo além da definição do rural como espaço de produção, sendo também espaço de produção social (ELESBÃO, 2007).

Na década de 70, esta produção total era irrisória, com bases tecnológicas primitivas, relações comerciais bastante reduzidas no mercado interno e insignificante internacionalmente. No plano social e político o atraso era ainda mais nítido, onde as políticas públicas e os direitos jurídicos eram quase inexistentes, sendo na maioria das vezes as disputas resolvidas na força bruta, além de toda forma de protesto e organização por parte dos trabalhadores serem duramente reprimidas (NAVARRO, 2019).

Nesse período, foi implementado a política nacional do crédito subsidiado, o que não ajudou muito na distribuição de renda no campo, pelo contrário intensificou as desigualdades, sendo este processo marcado pela brutal concentração dos recursos e da renda (ELESBÃO, 2007).

Esta década foi marcada também pelo grande movimento do êxodo rural, decorrente da pobreza extrema, da falta de acesso à terra ou recursos, parecendo essa ser a única opção. Nesse período, cerca de 30% da população rural total migrou para os grandes centros urbanos, o que se desenrolava como um cenário desolador, destoando do potencial de um país que ostentava e ainda ostenta abundantes riquezas naturais, farto acesso à água e mesmo assim, era incapaz de alimentar adequadamente sua população, com um rural apresentando dados socioeconômicos deploráveis, incapaz de promover os direitos humanos mais elementares (NAVARRO, 2019).

Com o passar dos anos, vários problemas, principalmente os sociais, ainda persistem, sendo associado a esse quadro do passado. Mas o rural brasileiro de hoje não pode ser comparado com o rural de outrora, pois o Brasil vem emergindo como um dos grandes produtores de alimentos do mundo, com potencial de ampliar exponencialmente seu impacto no mercado mundial. Essas transformações que vêm ocorrendo no espaço rural ao longo dos anos, podem ser observadas a partir dos dados sobre a economia, onde, atualmente, o setor agropecuário produz 80 vezes mais riqueza, ou no aumento da utilização de máquinas

agrícolas, visto que nas décadas de 60 e 70 existiam cerca de 60 mil tratores no Brasil e quase todos em São Paulo nas plantações de café, diferente do cenário atual, onde são vendidos cerca de 60 mil tratores no ano (NAVARRO, 2019).

Porém, ainda impera no Brasil uma situação crônica ligada à má distribuição de renda, terras e acesso aos recursos e políticas para o desenvolvimento dos agricultores. O desenvolvimento agrícola brasileiro está fortemente atrelado ao setor agroexportador, como vem ocorrendo desde seu processo de colonização, deixando um grande contingente de agricultores à margem do sistema produtivo e comercial, gerando concentração de terras e riquezas e proporcionando um importante impacto negativo no abastecimento alimentar interno no país.

Essas profundas transformações do rural brasileiro podem ser percebidas pela própria configuração da população brasileira que ainda em meados da década de 70 deixa de ser predominantemente rural para se tornar uma predominantemente urbana, o que só viria a acontecer com a população mundial mais de 3 décadas depois quando em 2007, pela primeira vez na história da humanidade, a população mundial não era mais majoritariamente rural de acordo com o relatório publicado em 2009 pelas Nações Unidas.

Mas, quais foram os critérios adotados para essa conclusão visto a falta de consenso existente na literatura e na política? (BRAGA, 2015).

No Brasil a definição de rural é baseada em um critério político-administrativo. Partindo do conceito de urbano, que considerada toda sede de município e de distrito (vila), e tendo o rural, portanto, como tudo aquilo que não é urbano (MARQUES, 2002). Assim o “Rural é a área externa ao perímetro urbano de um distrito, composta por setores nas seguintes situações de setor: rural de extensão urbana, rural povoado, rural núcleo, rural outros aglomerados, rural exclusive aglomerados (IBGE, 2002, p. 66)”.

No entanto, esta é uma definição simplória e que causa uma distopia sobre a realidade, nos levando a crer que cerca de 82% da população brasileira é urbana, se valendo de uma métrica que considera a porcentagem de todas as pessoas residentes em sedes de municípios sem levar em conta por exemplo a densidade demográfica que seria um dos principais indicadores que caracterizam o campo.

Essa definição é incondizente com a realidade, pois se valendo da definição oficial, o Pantanal seria a região mais urbanizada do país, e que se usarmos métricas já consagradas em países mais “desenvolvidos” perceberemos que menos de 60% da população pode ser considerada urbana (VEIGA, 2001). Para Kageyama (2004) critérios

como: ocupacionais, ambientais, homogeneidade, densidade demográfica, eram usados para caracterização do rural. No entanto, várias dessas variáveis foram se modificando ao longo do tempo, exemplificando com a derrocada da hegemonia das grandes propriedades rurais, a modernização da agricultura, a chegada da indústria no meio rural além das Ocupações Rurais Não Agrícolas (ORNAS).

Apesar da discussão sobre o que é rural parecer inesgotável, existe consenso em alguns pontos, a saber: o fato do rural não ser exclusivamente agrícola, a densidade populacional ser relativamente baixa e a interdependência entre o rural e o urbano (KAGEYAMA, 2004). Assim o espaço rural deve ser entendido não como antagônico ao espaço urbano, mas sim como complementares.

A utilização do espaço rural para além das atividades agrícolas, leva a uma redefinição do que é rural. Com as transformações sociais, a visão simplista do rural vai sendo superada, a partir da incorporação de novas funções para muitas das famílias que habitam esse espaço. Muitas das atividades não agrícolas fazem parte da pluriatividade das famílias brasileiras que residem no espaço rural, sendo consideradas importantes para sua permanência.

O espaço passa a ser percebido como um lugar de muitas atribuições, levando a valorização do campo, distanciando-se daquela visão de um lugar de atraso (ELESBÃO, 2007). Dessa forma, há uma emergência de um “novo rural”, composto não só pelo “agrobusiness”, mas também pelos “neo-rurais”, que buscam atender novos nichos de mercado (SILVA, 2001).

Este novo rural, caracterizado pela diminuição da agricultura na manutenção das famílias e originando novas alternativas de trabalho, por meio da pluriatividade, compreendida como a combinação da atividade agrícola com as não-agrícolas pelos membros de uma unidade familiar, estabelecendo assim os processos de globalização no meio rural (MAIA, 2009).

Um número crescente de pessoas residentes no meio rural, estão trabalhando em ORNA. Dados mostram que quase um terço da população economicamente ativa no meio rural exercem essas atividades e que na década de 90 a taxa de crescimento das ORNAS manteve uma média de 3,7%, enquanto os empregos agrícolas vem caindo a uma taxa de 1,7% ao ano, o que apontaria para o fim da hegemonia da atividade agrícola no meio rural, corroborando com esse fato, pesquisas apontam que a soma dos rendimentos dessas atividades superou os rendimentos advindos das atividades agrícolas (SILVA, 2001).

## 2.2 Desenvolvimento Rural Sustentável

Nas décadas de 50 e 60, as idéias de desenvolvimento encontrou no campo da agricultura um ambiente receptivo, devido a uma gama de fatores conjugados, o que trouxe algumas mudanças ao ambiente rural, um crescimento econômico atrelado a um considerável avanço tecnológico, outrora considerado arcaico (ALMEIDA, 2009).

No Brasil e em vários outros países da América Latina, o desenvolvimento rural era entendido como o estado e organismos internacionais intervindo em regiões rurais pobres, levando um pacote tecnológico em substituição ao modo de produção considerado arcaico, ficando este período conhecido como revolução verde (SCHNEIDER, 2010).

Este período foi introduzido como uma promessa de revolução no campo e que levaria a uma situação de erradicação da fome e aumento da produção, sendo o caminho para o desenvolvimento do país assentado em um pacote tecnológico, com sementes melhoradas, produtos químicos, além da mecanização. No entanto, o que se demonstrou foi o desemprego em alta com a invasão das máquinas, a produção familiar outrora diversificada dava lugar às monoculturas, o êxodo rural oriundo do desemprego acentuando a formação dos latifúndios, dando fim aos alimentos orgânicos além dos processos de desertificação dos solos (LAZZARI, 2017) e a não erradicação da fome. Pelo contrário, em algumas localidades a situação de insegurança alimentar se agravaram devido a diversos fatores ligados ao pacote adotado pelos agentes econômicos do agronegócio.

Diversos problemas sociais, econômicos e ecológicos causados por esse modelo convencional de desenvolvimento rural são inegáveis e evidenciados por seus resultados que geraram uma agricultura não competitiva que necessita de uma forte intervenção do poder público para garantir preços justos ao consumidor e uma renda adequada ao produtor, uma agricultura que apesar dos altos números de produção não foi capaz de resolver o problema da fome (XAVIER, 2001).

Nas últimas cinco décadas fomos levados a entender o desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico permanente e ilimitado, e essa perspectiva, até então hegemônica, baseada no consumo abusivo dos recursos naturais, como condição indispensável para o desenvolvimento de sociedades “subdesenvolvidas”, com a realidade se contrapondo a essa crença, o reconhecimento da insustentabilidade desse modelo gerou diversos alertas, despertando a opinião pública e a comunidade científica da necessidade de uma abordagem com mais respeito ao meio ambiente, que atenda aos anseios sociais, e viáveis sob o ponto de vista econômico (CAPORAL; COSTABEBER, 2002).

É neste cenário que foi elaborado o relatório Brundtland em 1987, no qual emergiu o conceito de desenvolvimento sustentável, onde o crescimento econômico passa a ser contrastado com a noção de sustentabilidade, difundindo a ideia de que para ser sustentável, o desenvolvimento precisa compatibilizar o crescimento econômico a distribuição da riqueza e preservação ambiental (CAPORAL; COSTABEBER, 2002).

Para Caporal e Costabeber (2002) o desenvolvimento rural para ser sustentável, necessita antes de tudo encerrar esse ciclo do rural entendido apenas como a produção agropecuária e expandir os aspectos qualitativos como condição para um real ganho social, econômico político e ambiental, apontando a agricultura familiar como melhor capacidade de potencializar o desenvolvimento agrícola e rural.

Mas o que é sustentabilidade? Este é um termo que requer atenção visto as múltiplas intenções e interpretações na sua utilização, existindo basicamente duas correntes de pensamento onde a primeira se baseia no conceito que o desenvolvimento econômico deve ser continuado em equilíbrio com o meio ambiente e a sociedade e a segunda que busca uma valorização da natureza e do sujeito baseados no respeito a gerações de hoje e amanhã. (PASQUALOTO; KAUFMANN, 2019).

Na agricultura, a definição de sustentabilidade adotada pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura - FAO (2014), é de uma agricultura capaz de produzir alimentos nutritivos e acessíveis onde os recursos naturais sejam geridos de forma a garantir as funções ecossistêmicas, garantindo ao mesmo tempo lucratividade, equidade socioeconômica e qualidade ambiental, atendendo as necessidades da geração do presente e do futuro.

Uma agricultura sustentável e responsável, deve abarcar os 4 princípios da segurança alimentar e nutricional: estabilidade, acesso, disponibilidade e utilização, tendo como alicerce cinco princípios: melhorar a eficiência do uso dos recursos, ação direta na conservação e proteção dos recursos naturais, proteção e melhoramento do bem estar social, equidade e aos meios de subsistência rural, melhoramento e manutenção das funções ecossistêmicas e sociais e mecanismos de governança eficientes (FAO 2014).

Apesar do debate sobre políticas públicas no desenvolvimento rural parecer recente, ela está entrelaçada ao processo histórico de transformações no meio rural, desde os períodos de colonização a formação das propriedades, do processo de ocupação dos territórios ao êxodo rural ou sobre os debates mais recentes como fortalecimento da agricultura familiar e agroecologia (RODRIGUES; VERGNANO, 2021).

Para o Ministério do Meio Ambiente, o atual modelo de “desenvolvimento rural e

agrícola” brasileiro vem sendo substituído pelo “desenvolvimento rural sustentável” através da confluência de objetivos e instrumentos ambientais e agrícolas, dentro do marco geral do desenvolvimento sustentável, que tem como objetivo central assegurar o crescimento econômico, redução das desigualdades sociais, além da preservação dos recursos naturais e manutenção das funções ecossistêmicas (BRASIL, 2025).

Algumas políticas públicas vêm sendo implementadas no país para dar lugar a este desenvolvimento rural sustentável, dentre elas, a interiorização das universidades e Institutos Federais de Ensino, o Programa Luz para todos, implementação de Unidades de Pronto-Atendimento (UPA) nas cidades do interior, a valorização do turismo e a criação de programas para a agricultura familiar.

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA), há cerca de 27 políticas e programas que contemplam todos os segmentos da agricultura familiar, destacando-se o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO) (BRASIL, 2024).

O PRONAF, implantado por meio de Decreto nº 3.991/2001, visa promover o desenvolvimento rural sustentável com ações que promovam o aumento da capacidade produtiva, geração de empregos e renda, melhorando a qualidade de vida e fortalecendo a cidadania dos agricultores familiares apoiando atividades agrícolas e não agrícolas (BRASIL, 2024). Já o PNAE, subsidiado pela Lei nº 11.947/2009 (BRASIL, 2009), estabelece que 30% dos produtos alimentares comprados por órgãos governamentais sejam advindos da agricultura familiar (BRASIL, 2024).

Em 2023, o governo retomou a PNAPO, instituída em agosto de 2012, pelo Decreto nº 7.794, recriando a Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica (CIAPO) e a Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO), dando início a um novo Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (BRASIL, 2024).

### **2.3 A Atividade Extrativista no Brasil: importância econômica, social e ambiental**

A atividade extrativista pode ser categorizada em mineral, com a exploração de minérios e recursos geológicos como o petróleo, sal, ouro; animal por meio da coleta de animais e seus derivados; e vegetal a partir da exploração de plantas, frutos, sementes e madeiras.

Homma (1993) subdivide o extrativismo quanto à sua forma em dois grandes grupos.

O primeiro grupo é o do extrativismo por aniquilamento ou depredação, quando a obtenção do recurso implica na extinção dessa fonte ou quando a velocidade de regeneração for menor que a velocidade de exploração. O segundo grupo, o extrativismo de coleta que ocorre quando há um equilíbrio entre as velocidades de extração e regeneração.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2002) define o extrativismo vegetal como a exploração de recursos vegetais nativos de forma sustentável, permitindo sua produção contínua ao longo do tempo. Essa concepção foi reforçada com a aprovação do Sistema Nacional de Conservação da Natureza (SNUC) em 2002, inferindo, portanto, que uma atividade só seria considerada extrativista se fosse sustentável (SILVA, 2014).

O Brasil tem ao longo de sua história uma profunda ligação com a atividade extrativista (LEMES; GOMES, 2021). O início do primeiro modelo econômico extrativista se deu com a comercialização do Pau-Brasil, que teve sua exploração de forma desenfreada e sem planejamento devastando imensas áreas de floresta, tornando-a uma espécie em extinção (MACEDO *et al*, 2018).

Além disso, segundo Lemes e Gomes (2021), ao longo da história, as regiões Norte e Nordeste do Brasil, apresentaram uma forte recorrência da atividade extrativista, especialmente durante os ciclos econômicos do **cacau** e da **seringueira**. A ocupação e o desenvolvimento desses territórios ocorreram, em grande parte, por meio de atividades agrícolas e extrativistas (ALVES, 2009), as quais permaneceram como uma das principais bases econômicas dessas regiões até períodos recentes (OLIVEIRA, 2007).

Na Amazônia, conflitos entre grileiros e extrativistas marcaram a história, culminando no assassinato do líder seringueiro Chico Mendes, gerando uma enorme comoção nacional impulsionando a criação das **Reservas Extrativistas (RESEX)**, um modelo jurídico exclusivo do Brasil, que visa proteger comunidades tradicionais e suas atividades sustentáveis (EULER; SILVA; ALMEIDA, 2021).

Já na região do semiárido nordestino, a atividade extrativista possui grande importância para a economia regional e para os agricultores familiares que tem suas atividades voltada basicamente a agricultura de subsistência e a pecuária extensiva (CAVALCANTE *et al*, 1999). Das espécies utilizadas para subsistência, destaca-se a família das areceas, tanto pela sua distribuição na quase totalidade da região, bem como pela sua importância socioeconômica e ambiental, a exemplo o Ouricuri (COUTINHO, 2014).

A atividade extrativista foi responsável pela geração de 6,2 bilhões de reais no de 2021 sendo o Norte e o Nordeste as regiões responsáveis por mais de 60% desse valor com 50% e

16%, respectivamente, sendo os produtos alimentícios responsáveis por 10% desse montante (VIDAL, 2023). Segundo o Sistema IBGE de recuperação automática (SIDRA), as maiores produções do gênero alimentício no ano de 2023 foram as produções de erva-mate e açaí com 425.829 e 238.891 toneladas respectivamente.

O extrativismo é uma vertente importante da agricultura familiar. Os estabelecimentos da agricultura familiar, representam cerca de 77% dos estabelecimentos agropecuários, o que corresponde a 3,9 milhões de propriedades rurais (IBGE, 2017). Ela se mantém como a cadeia produtiva de boa parte dos alimentos que chegam à mesa do brasileiro (GUANZIROLI *et al*, 2012).

Com relação aos produtos extrativistas, de acordo com Machado (2007), estes são em sua maioria explorados por comunidades tradicionais ou pequenos agricultores familiares, que devido a características diversas tem uma profunda dependência de intermédio para escoamento de produção, uma carência de assistência técnica e de políticas públicas para o desenvolvimento da atividade, apesar disso, apresentam um grande potencial de geração de renda aliando conservação ambiental e desenvolvimento.

Do ponto de vista da economia, a agricultura familiar demonstra números consideráveis, apresentando um valor bruto de produção de 107 bilhões de reais, representando cerca de 23% da produção agropecuária total, sendo a região norte e a região sul responsável por quase 80% dessa produção. Para além da produção, a agricultura familiar é responsável por absorver 10,1 milhões de pessoas, o que representa 77% do total da mão de obra do campo (IBGE, 2017).

Embora seja clara a importância econômica e socioambiental da agricultura familiar, historicamente é pouco considerada quando se trata de estratégias de ciência, tecnologia e inovação, pois há um direcionamento de políticas e programas para os setores de maior intensidade técnica ou de maior importância na exportação (MELO, 2020).

Sobre a comercialização dos produtos da agricultura familiar, há desafios diversos, especialmente em mercados globais dominados pelos grandes conglomerados, tendo sua participação muitas vezes limitada pelas exigências de prazo, volume e qualidade. No entanto, estratégias como a formação de cooperativas e associações permitem que eles alcancem economias de escala, integrando etapas de processamento agregando valor, sendo fundamental políticas públicas de fortalecimento que garantam a inclusão dos produtores de menor escala (CONTERATO, 2013).

## 2.4 O extrativismo do Ouricuri: cultura e sistema produtivo no semiárido brasileiro

O Ouricuri ou licuri (*Syagrus Coronata* (Mart) becc.) é uma palmeira da família das arecáceas, espécie endêmica das regiões mais secas da caatinga, ocorrendo desde o norte de Minas até o sul de Pernambuco. Devido ao seu total aproveitamento ele vem sendo explorado de modo extrativista desde os períodos coloniais e sua extração em larga escala vem causando a extinção das espécies nativas (EMBRAPA, 2022).

Com ocorrência em terras secas e solos muito drenados de areias, cascalhos e pedregulhos, necessita de pouca umidade para sobreviver e suporta secas prolongadas. Apesar disso, os licurizeiros preferem solos férteis e que naturalmente são de melhor qualidade (AROUCHA, 2013).

A palmeira apresenta porte mediano e pode atingir 10 metros de altura. Com folhas grandes, seus frutos quando maduros apresentam coloração de tons amarelo ao laranja dependendo do seu estágio de maturação. Frutificam o ano todo intensificando entre os meses de maio e agosto, atingindo a maturação nos meses de outubro a dezembro. Sua propagação é através de sementes, sendo predominante nas regiões mais secas da caatinga. Essas características fazem com que o licuri seja uma importante fonte de subsistência para o sertanejo (DRUMOND, 2007).

A palmeira possui ainda valor nutricional apresentando teores de proteínas, carboidratos, Bcaroteno, acaroteno, valor pró-vitamina, destacando valores de 49,2% de lipídeos e 11,5% na amêndoa, e 13,2% de carboidrato na polpa, sendo o betacaroteno é a principal fonte de vitaminas encontrada na polpa do ouricuri (CREPALDI *et al*, 2001).

O aproveitamento total da palmeira permite a utilização diversificada de seus componentes na alimentação animal e humana, no artesanato, na fabricação de ceras, indústria de tintas, cosméticos dentre outras (BRASIL, 2014). Uma das características que faz com que o Ouricuri seja tão explorado é o potencial uso de seus recursos.

Lopes (2019), descreveu com base em um estudo de revisão, os multiusos do ouricuri, tais como: consumo in natura, fabricação de cocada, artesanatos, produção de doces, uso da água do coco, arração do gado. Os usos fitoterápicos são comuns no tratamento de inflamações, micoses e cicatrização de feridas (AROUCHA, 2013). Pesquisas vem sendo desenvolvidas mostrando a diversidade dos usos do ouricuri na culinária, adicionado a produtos como barra de cereal (RODRIGUES LIMA *et al*, 2021), biscoitos com grãos de licuri e farinha de mandioca (ANTONIASSI, 2021); na produção de bioenergia (BEZERRA *et al*, 2024).

Um estudo desenvolvido por Oliveira *et al* (2020), no município de Caldeirão Grande, Bahia, 142 usos diferentes do licuri em seis categorias: alimento, forragem, medicinal, construção artesanato e combustível, sendo o extrativismo do ouricuri uma fonte de renda complementar para essa comunidade.

Esta também é a realidade da comunidade quilombola Serra das Viúvas, localizada no município de Água Branca, Alagoas, onde há a concomitância das atividades produtivas como plantação de mandioca, milho, feijão, jerimum, batata, extrativismo do ouricuri e a fabricação do artesanato (LONGA, 2014). A palmeira também é utilizada tradicionalmente na confecção de artesanato e utensílios como vassouras pelas populações locais de outras regiões alagoanas como a mata atlântica e manchas de restinga, pois sua ocorrência também se dá nesses outros biomas (COUTINHO, 2014).

Dados do Censo Agropecuário 2017 mostram que existem 4.518 estabelecimentos agropecuários com produção de extração do licuri (coquinho) e 198 (cera) no Brasil. O semiárido bahiano apresenta a maior concentração desses estabelecimentos (4.643) seguido de Minas Gerais (38) e Alagoas (8). Quanto a produção, foram produzidas 1.736 toneladas do coquinho e 68 toneladas da cera e vendidos 468 (coquinho) e 17 (ceras) (IBGE, 2017).

Em consulta ao banco de dados do PEVS – IBGE (Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura), a quantidade produzida do licuri coquinho no país em 2024 foi 1.157 toneladas concentrada na região Nordeste e o valor da produção foi de 2.834,00 reais, sendo 118 toneladas produzidas em Alagoas, com valor da produção de 690,00 reais (IBGE, 2024).

Apesar de figurar no censo do IBGE como uma atividade extrativista de relevância no estado, sua comercialização é pouco expressiva, sendo quase nula fora da região de ocorrência pois de acordo com dados do Censo Agropecuário foram vendidas 1 tonelada de produtos da extração do ouricuri em Alagoas no ano de 2017 (IBGE, 2017). Também há um número baixo de estudos sobre os tratos culturais (COUTINHO, 2014).

### **3 OBJETIVOS**

#### **3.1 Objetivo Geral**

Caracterizar o sistema produtivo extrativista do Ouricuri no semiárido alagoano, abordando seu potencial para o processo de desenvolvimento rural com bases sustentáveis.

#### **3.2 Objetivos específicos**

- Discutir os fundamentos que balizam o paradigma do rural e do desenvolvimento rural sustentável no Brasil;
- Apresentar o ambiente institucional para o extrativismo no semiárido alagoano;
- Caracterizar o sistema produtivo extrativista do ouricuri no semiárido alagoano; e
- Observar se o sistema produtivo extrativista do ouricuri pode ser uma estratégia para o desenvolvimento rural sustentável dos agricultores familiares alagoanos.

## **4 MATERIAL E MÉTODOS**

### **4.1 Tipo de estudo**

A presente pesquisa consistiu em um estudo exploratório no qual busca compreender a dinâmica do sistema produtivo extrativista do Ouricuri no semiárido alagoano, bem como seu potencial para a construção de um processo de desenvolvimento rural com bases sustentáveis. Para isso foi utilizada uma abordagem quali-quantitativa de corte transversal.

### **4.2 Considerações éticas**

Por se tratar de uma pesquisa que não envolveu seres humanos, se concentrando na dinâmica do sistema produtivo extrativista do Ouricuri e tendo como informantes para a coleta de informações as instituições que participam deste sistema, não foi necessário a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP). Os resultados deste estudo são provenientes de informações de domínio público, sendo o banco de dados composto de informações agregadas, sem possibilidade de identificação individual, como preconizado na Resolução 510 de 07 de abril de 2016 do CONEP (BRASIL, 2016).

### **4.3 Procedimentos metodológicos**

O estudo foi realizado no período compreendido entre janeiro e outubro de 2025, junto a entidades que, de maneira direta ou indireta, fazem parte da cadeia do extrativismo do ouricuri, na região do sertão de Alagoas que é o objeto central desta pesquisa. Para a sua elaboração foi realizada uma busca ativa as instituições previamente identificadas a partir de buscas *online* e informações com técnicos do Instituto Terra Viva que atuam na região do semiárido em projetos de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER).

A partir dessa busca ativa, foram identificadas 05 (cinco) entidades localizadas nos municípios de Inhapi, Água Branca e Senador Rui Palmeira, todas pertencentes ao semiárido alagoano (Figura 1). Uma outra entidade também foi localizada no município de Pontal de Coruripe, sendo esta entidade fora dos limites do recorte desse estudo.

Das entidades mapeadas que retornaram com informações (responderam os questionários), três estavam localizadas no município de Inhapi: Associação dos Produtores Agroecológicos do Semiárido Alagoano (APASA), Associação Comunitária Baixa do Galo (Baixa do Galo) e Cooperativa dos Agricultores de Economia Familiar de Inhapi (CAEF), uma em Água Branca: Associação das mulheres quilombolas da serra das viúvas (AMAQUI) e uma em Senador Rui Palmeira: Centro de apoio comunitário de Tapera em união a Senador (CACTUS). Todas as entidades trabalhavam diretamente com o

extrativismo do ouricuri, sendo instituições compostas majoritariamente por mulheres.



Figura 1- Mapa de Alagoas: Semiárido e municípios de atuação. Fonte: Autoria própria, 2025.

No Caso da Cactus há uma explicação necessária, apesar de ser uma entidade com atuação em dois municípios, São José da Tapera e Senador Rui Palmeira, apenas o grupo de Senador Rui Palmeira está trabalhando com o Ouricuri, há um movimento para integrar famílias do Município de São José da Tapera na atividade principalmente nas atividades de coleta do Ouricuri, no entanto como ainda não há, o Município de São Jose da Tapera ficou de fora.

Os dados foram coletados a partir de um questionário semiestruturado com perguntas abertas, elaborado pelo autor deste trabalho, contemplando cada perfil de entidade pesquisada a saber: **1** - associações ou grupos extrativistas. Foram extraídas informações referente a tempo de existência, quais os usos, se existem processos de agregação de valor, se a atividade é beneficiária de políticas públicas, volume de produção, como se dá o comércio dos produtos, se existe projetos de incentivo a atividade por meio de perguntas enviadas para os representantes das entidades, sendo organizado um banco de dados de caracterização da atividade extrativista da região do semiárido alagoano.

A partir do interesse de cada local em colaborar com a pesquisa, foi enviado o questionário para preenchimento das informações. Existiram dois casos atípicos, o primeiro deles a Associação de Agua Branca “AMAQUI”, a coleta de informações se deu

através de chamada telefônica sendo essa situação a pedido da entrevistada, no segundo foi preciso gravar o áudio com as perguntas uma a uma, a pedido da pessoa responsável pela APASA, que posteriormente fui apresentado a outro integrante que me enviou o questionário respondido, o restante das associações entrevistadas responderam os questionários normalmente e me retornaram os questionários preenchidos, posteriormente foi realizada uma visita in loco para observação das atividades desenvolvidas pelas entidades e produção de material visual (fotos) para subsidiar o entendimento das práticas produtivas e local pesquisado.

Os dados foram coletados no período compreendido entre o mês de abril e outubro de 2025. Responderam ao questionário enviado às entidades localizadas nos municípios de Inhapi, Água Branca e Senador Rui Palmeira. As respostas provenientes dos questionários, foram armazenadas em planilha eletrônica no excel e analisadas manualmente com auxílio do google *forms* de maneira descritiva.

#### **4.4 Apresentação dos municípios sede das instituições estudadas**

O Município de Inhapi, localizado no alto sertão alagoano, possui uma população de 15.167 habitantes e uma densidade de 40,77 habitantes por km<sup>2</sup>, com cerca de 818 pessoas com empregos formais, expressando PIB per Capta de 9.497,82. Apresenta uma taxa de escolarização de 98% entre crianças de 6 a 14 anos. Os dados ambientais referem que apenas 2,16% dos domicílios contam com esgotamento sanitário, área urbanizada de 1,73 km<sup>2</sup> e cerca de 69% das vias públicas arborizadas (IBGE, 2025).

Água Branca, também localizada no alto sertão, possui uma população 19.008 pessoas e densidade demográfica de 40,6 habitantes por km<sup>2</sup>, 1984 pessoas com empregos formais e cerca de 53% com renda mensal de até ½ salário, expressando um PIB per Capta de 10.001,22. As taxas de escolarização do município são de 98,36% entre crianças de 6 a 14 anos. No aspecto ambiental apenas 27,92% dos domicílios contam com rede de esgotamento sanitário adequado, 6,1% das vias públicas do município são urbanizadas com uma taxa de 37,6% das vias públicas arborizadas (IBGE, 2025).

Já o município de Senador Rui Palmeira de acordo com o censo do IBGE (2022). A população de município era de 12.303 habitantes com uma densidade demográfica de 36,35 habitantes por km<sup>2</sup>, apresentando cerca de 864 pessoas com empregos formais, e um PIB per capta de R\$ 8.721,59, Já a taxa de alfabetização entre as crianças na faixa de 6 a 14 anos registrou uma taxa 98,74%, no panorama ambiental, apenas 14,69% dos domicílios urbanos apresentam esgotamento sanitário.

#### **4.5 Limitações do estudo**

O desenvolvimento da pesquisa contou com algumas barreiras a serem superadas tais como: a identificação das entidades, a falta de recursos para subsidiar incursões nas comunidades pesquisadas e impossibilidade de uma dedicação exclusiva ao desenvolvimento do estudo. Em contraponto, o prévio conhecimento de algumas comunidades bem como de profissionais que já atuam na região, permitiu o acesso as associações de forma mais rápida e confiável favorecendo a aceitação das entidades em colaborar com a pesquisa.

Apesar dessas limitações, foi possível alcançar os objetivos propostos com a caracterização das atividades, identificação dos potenciais do extrativismo do ouricuri e os pontos a serem superados para o desenvolvimento rural sustentável na região.

## 5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com a finalidade de alcançar os objetivos propostos, neste trabalho se buscou realizar uma caracterização da atividade extrativista do Ouricuri visando entender sua importância para os agricultores extrativistas, para a localidade e para o processo de desenvolvimento rural.

Para uma melhor compreensão, os resultados deste estudo foram organizados em cinco tópicos, a saber: **(i)** Sistema produtivo extrativista do ouricuri no semiárido alagoano; **(ii)** Mapeamento da produção/prospecção do Ouricuri; **(iii)** Alocação mercadológica do ouricuri alagoano; **(iv)** Ambiente institucional para o extrativismo no semiárido alagoano; e **(v)** Retorno social, econômico e ambiental obtidos a partir do extrativismo do Ouricuri.

Para uma melhor visualização e entendimento dos resultados obtidos a partir dos questionários, e das discussões que serão realizadas, optou-se por apresentar um quadro com as informações provenientes das instituições pesquisadas de forma a ter uma compreensão do cenário no qual estão imersos os agricultores extrativistas e as instituições, conforme pode ser observado no Quadro 1 apresentado abaixo.

**Quadro 1- Caracterização da atividade extrativista desenvolvidas pelas instituições do semiárido alagoano.**

| Variáveis                          | Instituições                                             |                                                                        |                                                              |                                                                |                                                       |
|------------------------------------|----------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------|
|                                    | CACTUS                                                   | AMAQUI                                                                 | CAEF                                                         | APASA                                                          | Baixa do Galo                                         |
| <b>Nome da Instituição</b>         | Centro de apoio comunitário de Tapera em união a Senador | Associação das mulheres quilombolas da serra das viúvas                | Cooperativa dos Agricultores de Economia Familiar de Inhapi  | Associação dos Produtores Agroecológicos do Semiárido Alagoano | Associação Comunitária Baixa do Galo                  |
| <b>Tempo de Existência em anos</b> | 24                                                       | >20                                                                    | 22                                                           | 4                                                              | 19                                                    |
| <b>Objetivo</b>                    | Apoiar atividades produtivas e comercialização agrícola  | Confeccionar artesanato com palha de milho, Ouricuri, cipó e bananeira | Organizar produção e comercialização da agricultura familiar | Fortalecer a agricultura familiar de base agroecológica        | Melhorias de infraestrutura e organização comunitária |
| <b>Tipo de Instituição</b>         | ONG                                                      | Associação                                                             | Cooperativa                                                  | Associação                                                     | Associação                                            |
| <b>Localização</b>                 | Senador Rui Palmeira                                     | Quilombo Serra das Viúvas Água Branca                                  | Inhapi                                                       | Inhapi                                                         | Inhapi                                                |
| <b>Número de Extrativistas</b>     | 03 (F: 02, M: 01)                                        | 45 mulheres cadastradas (+55 em processo)                              | 30 (F: 17, M: 13)                                            | 15 (F: 11, M: 04)                                              | 40 (F: 11, M: 29)                                     |
| <b>Tempo com Ouricuri em anos</b>  | 02                                                       | >20                                                                    | > 20                                                         | > 04                                                           | > 20                                                  |

|                                                  |                                                               |                                      |                                                      |                                    |                                                        |
|--------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------|--------------------------------------|------------------------------------------------------|------------------------------------|--------------------------------------------------------|
| <b>Área Ocupada</b>                              | Plantas nativas (não estimada)                                | Matas do quilombo e áreas adjacentes | 300 tarefas (extrativismo)                           | 200 tarefas (80 de extrativismo)   | 350 tarefas (50 de extrativismo)                       |
| <b>Manejo Agrícola</b>                           | Não                                                           | Plantio de Ouricuri mencionado       | Não                                                  | Não                                | Não                                                    |
| <b>Partes Utilizadas</b>                         | Frutos                                                        | Palha e frutos (consumo)             | Frutos                                               | Frutos e palhas                    | Frutos e palhas                                        |
| <b>Produtos Beneficiados</b>                     | Bolo, pães, doce                                              | Vassouras, bolsas, enfeites          | Broas, picolés, coquinho caramelizado                | Bolos, picolés                     | Broas, coquinhos caramelizados, artesanato             |
| <b>Produtos In Natura</b>                        | Amêndoa                                                       | Não especificado                     | Nenhum                                               | Amêndoa                            | Amêndoa                                                |
| <b>Volume de Produção</b>                        | Por encomenda                                                 | Não definido                         | 500 potes de broas, 500 coquinhos, 1.000 picolés/mês | 200 kg de bolos, 200 picolés/mês   | 500 potes de broas, 500 coquinhos, 100 kg de bolos/mês |
| <b>Mercado Acessado</b>                          | Eventos/feiras                                                | Comunidade/turistas                  | Mercado local UFAL - Delmiro Gouveia                 | Feira local (Canapi)               | Inhapi, Cozinha Solidária UFAL- Delmiro Gouveia        |
| <b>Retorno financeiro mensal em reais (R\$)</b>  | Indefinido                                                    | Indefinido                           | 5.000,00                                             | 3.500,00                           | 8.000,00                                               |
| <b>Pessoas Envolvidas na comercialização (n)</b> | 10                                                            | Individual                           | 30                                                   | 5                                  | 10                                                     |
| <b>Políticas Públicas</b>                        | Não                                                           | Prefeitura, EMATER, SENAR            | Não                                                  | Não                                | Não                                                    |
| <b>Principais Problemas</b>                      | Falta de políticas públicas e tecnologias para beneficiamento | Canal de escoamento/ven-<br>das      | Acesso a equipamentos para beneficiamento            | Dificuldade na extração da amêndoa | Extração da amêndoa, acesso ao mercado institucional   |
| <b>Necessidades</b>                              | Tecnologias para quebra da amêndoa e capacitação              | Canais de venda                      | Investimento em produtos                             | Agroindústria                      | Agroindústria para beneficiamento                      |

Fonte: Autoria própria, 2025.

Nota: AMAQUI destaca-se pelo artesanato tradicional e envolvimento exclusivo de mulheres; CAEF e Baixa do Galo apresentam maior volume de produção e retorno financeiro; APASA e Baixa do Galo mencionam uso da palha para artesanato e vassouras; Todas as instituições apontam a falta de políticas públicas e infraestrutura como entraves. Legenda: F (feminino), M (masculino).

## O Mapeamento da produção e prospecção do ouricuri no semiárido alagoano

evidencia tanto o potencial socioeconômico quanto as fragilidades que limitam a consolidação da atividade do extrativismo do ouricuri. No Quadro 1 observa-se que no espaço pesquisado a produção se concentra em 3 municípios de uma Mesorregião do semiárido, coincidindo com as áreas de maior ocorrência natural da espécie, corroborando com Cavalcanti *et al* (1999) ao apontar ocorrência natural da palmeira do ouricuri em regiões mais secas, adaptando-se a solos rasos e com irregularidade hídrica.

A produção/extrativismo do ouricuri vem sendo desenvolvida por 5 instituições que atuam em sua maioria há mais de 10 anos. Essas instituições são caracterizadas como: organização não governamental (Centro de Apoio Comunitário de Tapera em União a Senador - CACTUS), associações (Associação das Mulheres Quilombolas da Serra das Viúvas - AMAQUI, Associação dos Produtores Agroecológicos do Semiárido Alagoano - APASA, Associação Comunitária Baixa do Galo) e cooperativa (Cooperativa dos Agricultores de Economia Familiar de Inhapi - CAEF).

Apesar da constituição diversa de cada entidade, estas apresentam características similares de cooperação para alcançar mercados e, consequentemente, fonte de renda complementar e ou alternativa.

As Figuras 2 e 3 abaixo apresentam as sedes de duas instituições pesquisadas.



Figura 2: Sede da Associação de Mulheres da Serra das Viúvas (AMAQUI), localizada no município de Água Branca, Alagoas, Brasil

Fonte: Autoria própria, 2025



Figura 3: Sede do Centro de Apoio Comunitário de Tapera em União a Senador (CACTUS), localizada no município de Senador Rui Palmeira, Alagoas, Brasil.

Fonte: Autoria própria, 2025.

Divergente dos dados apresentados pelo Censo Agropecuário 2017 do IBGE, disponibilizado no Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA, 2025), que informa a existência de apenas uma instituição extrativista no estado de Alagoas, esta pesquisa identificou 05 instituições em Alagoas desenvolvendo o extrativismo, especificamente do ouricuri. Isso pode estar associado ao fato de algumas instituições não serem formalizadas ou terem se formalizado após a realização do censo, gerando uma situação de desatualização das informações, sem representar necessariamente o desenvolvimento real desta atividade no estado.

A cadeia produtiva do ouricuri no semiárido alagoano, no que se refere ao universo pesquisado, concentra-se majoritariamente em dois tipos de uso: para a produção artesanal e para a produção gastronômica. Embora sejam relevantes, esses usos representam apenas uma fração do potencial de exploração socioeconômica da espécie. Estudos da Embrapa (2022), apontam que a espécie apresenta inúmeras possibilidades de aproveitamento a exemplo da indústria de cosméticos, biocombustíveis, formulação de ceras e tintas.

A subutilização observada nesse estudo pode estar relacionada à ausência de tecnologia para o beneficiamento em escala comercial e a falta de articulação com mercados que demandem um produto de maior valor agregado, podendo ainda está associado a uma visão restrita dos agricultores extrativista ao potencial da cadeia produtiva do ouricuri, ou mesmo o não interesse em desenvolver outros sistemas (tipos de uso) além dos já praticados.

Neste contexto, Conterato (2013) analisa que a agregação de valor em cadeias extrativistas depende fortemente de organização coletiva, acesso a crédito e investimentos em processos de transformação, pois a permanência em atividades artesanais apesar da importância cultural, limita a expansão econômica restringindo a geração de renda.

Com relação ao **sistema produtivo extrativista do ouricuri no semiárido alagoano**, a atividade está intrinsecamente ligada a agricultura familiar, assumindo um caráter predominantemente artesanal. Guanzirol *et al* (2012) destaca a importância da agricultura familiar na manutenção das cadeias extrativistas de base comunitária e da ancoragem territorial. Isso se aplica no caso do ouricuri em Alagoas, que apesar da amplitude territorial, a produção se concentra em pequenos grupos de produtores familiares organizados em associações locais.

No estado de Alagoas foram encontradas produção da extração do coquinho nos seguintes municípios do semiárido: Inhapi (31 toneladas), Água Branca (20 toneladas), Pariconha (18 toneladas), Mata Grande (9 toneladas), São José da Tapera e Taquarana (6 toneladas), Canapi (5 toneladas), Olho D'água das Flores e Santana do Ipanema (4 toneladas), Pão de Açúcar, Olivença e Monteirópolis (3 toneladas), Maravilha e Senador Rui Palmeira (2 toneladas), Carneiros, Poço das Trincheiras (1 toneladas) e em outras regiões do estado: Passo de Camaragibe (1 toneladas) (IBGE, 2024).

Em relação a infraestrutura utilizada para o beneficiamento, processamento e agroindustrialização do ouricuri nas instituições pesquisadas, se verificou há predominância de uma estrutura artesanal, mesmo existindo casos nos quais há uma estrutura mais tendendo a lógica industrial para a produção. Contudo, o desenvolvimento das atividades se faz no âmbito da lógica artesanal de produção e gestão do sistema, como pode ser observado nas Figuras 4 e 5 que apresentam a infraestrutura de produção de duas instituições.



Figura 4: Área de beneficiamento da CACTUS em Senador Rui Palmeira, Alagoas, Brasil. Fonte: Autoria própria, 2025



Figura 5: Área de beneficiamento da Baixa do Galo em Inhapi, Alagoas, Brasil. Preparação de produtos para fornecimento a UFAL/Campus Sertão. Fonte: Autoria própria, 2025.

A prática artesanal na lógica produtiva do extrativismo de ouricuri é um traço importante e que demarca uma forma cultural de realização de uma atividade socioeconômica executada pelos agricultores extrativistas. Machado (2007) destaca o desenvolvimento da prática extrativista por comunidades tradicionais ou pequenos agricultores familiares como sendo uma

atividade que representa um papel importante para a sua reprodução social e econômica, bem como uma fonte de renda alternativa e complementar.

Neste mesmo contexto, Cavalcanti *et al* (1990) reafirma a importância da atividade extrativista para a economia regional, principalmente para a agricultura familiar no semiárido, uma vez que esta agricultura é fortemente baseada na pecuária e numa cultura de subsistência, propiciando um alto risco de vulnerabilidades, devido aos fatores edafoclimáticos, bem como a baixa tecnificação e acesso aos recursos para o desenvolvimento destas atividades.

Outro ponto relevante observado pela pesquisa e constante no Quadro 1 foi que do contingente de 133 pessoas envolvidas no extrativismo do ouricuri, 64,6 % eram mulheres. Foi verificado também uma expressiva participação das mulheres nas instituições, uma vez que elas eram a maioria do corpo de membros nas instituições, exceto na Associação Comunitária Baixa do Galo.

Isto destaca a importância que o protagonismo feminino pode deter para o ambiente rural, uma vez que a mulher detém a possibilidade de assumir um papel central na cadeia produtiva do ouricuri que vai desde a extração, passando pelo beneficiamento e culminando com a comercialização, assim como a possibilidade de assumir a liderança e organização da atividade, o que é característico da atividade extrativista, incluindo o ouricuri.

O papel central da mulher nas atividades extrativistas ocorre de forma semelhante no Maranhão, com a atividade extrativista do babaçu, onde as mulheres “quebradeiras de coco Babaçu”, tem uma identidade que se inicia ainda na infância (Machado, 2020), além de possuir importância econômica, figurando entre as três principais atividades agrárias do estado, assumindo também um papel ecopreservacionista (Mesquita, 2015).

Outra constatação verificada a partir da análise dos dados coletados, revela uma heterogeneidade entre as associações, que vai desde a forma de utilização do Ouricuri, perpassando pelo volume de produção, culminando com a falta de mão de obra. Essa particularidade entre associações é algo natural devido a característica que cada cultura, modo e projeto de vida, território e lógica produtiva possuem. Porém, a questão da falta de mão de obra é algo que vem demarcando o espaço rural, uma vez que há um fluxo migratório intenso do rural para o urbano, ou das atividades agrícolas para as atividades não agrícolas; de um baixo nível de sucessão na gestão das atividades agropecuárias e dos estabelecimentos rurais, por exemplo.

Novamente ao analisar o Quadro 1 apresentado anteriormente, se nota que os produtos provenientes do ouricuri, no que se refere ao universo pesquisado neste trabalho, estão

concentrados: na produção com viés gastronômico (Figuras 6, 7 e 8), venda do fruto *in natura* (Figura 9), no beneficiamento de pães e bolos e para o artesanato a partir da palhada da planta (Figuras 10 e 11) Isto demonstra uma situação tendente a ocorrência de uma subutilização da palmeira e do fruto de ouricuri, haja vista a diversidade de aplicações possíveis (potenciais) para seu uso (BRASIL, 2014).

A palmeira apresenta um aproveitamento completo da palha, polpa e frutos, passando pela indústria, cosméticos, biocombustíveis dentre outros, sendo este um fator crucial para a compreensão do seu potencial e diversificação de produtos, com possível expansão de mercado e agregação de valor, garantindo a sustentabilidade da atividade (CONTERATO, 2013).



Figura 6: Expositor de produtos gastronômicos da CACTUS, localizado na sede da instituição em Senador Rui Palmeira, Alagoas, Brasil. Fonte: Autoria Própria, 2025.



Figura 7: Produção diária de broas e coquinhos caramelizados da Baixa do Galo em Inhapi, Alagoas, Brasil. Fonte: Autoria própria, 2025.



Figura 8: Produção diária de cocada da Baixa do Galo em Inhapi, Alagoas, Brasil. Fonte: Autoria própria, 2025.



Figura 9: palhada in natura para confecção de produtos artesanais. AMAQUI, Água Branca, Alagoas, Brasil. Fonte: Autoria própria, 2025.



Figura 10: Vassoura artesanal. AMAQUI, Água Branca, Alagoas, Brasil. Fonte: Autoria própria, 2025.



Figura 11: Cesto artesanal. AMAQUI, Água Branca, Alagoas. Fonte: Autoria própria, 2025.

A baixa tecnificação da cadeia produtiva é uma fragilidade observada. Tais como: ausência de assistência técnica, ou quando ocorre, não se dá de maneira contínua, uso de técnicas apropriadas aos processos desde a extração até o consumidor, falta de capacitação dos extrativistas, de equipamentos apropriados. Cabe destacar que embora o caráter artesanal forneça valorização do saber tradicional, a baixa tecnologia empregada nos processos limita a escala de produção (EMBRAPA, 2018).

A análise da **alocação mercadológica do ouricuri no semiárido alagoano** revela um cenário complexo, evidenciando fortes limitações estruturais e em contraponto, oportunidades significativas de expansão, sobretudo em articulação com políticas públicas e nichos de mercados que valorizam os produtos da sociobiodiversidade.

Os dados obtidos com a pesquisa apontam que grande parte da produção se restringe ao consumo local e a venda em mercados locais informais, uma realidade comum a outras cadeias extrativistas. Machado *et al* (2007) apontam essa característica para o caso do extrativismo, afirmando que o escoamento da produção depende fortemente da proximidade geográfica com o mercado consumidor, dada a falta de canais estruturados de comercialização.

O predomínio do mercado local limita a escala restringindo a geração de renda, além de fragilizar os extrativistas em negociações com atravessadores, que muitas vezes se beneficiam de maior parte do retorno financeiro da atividade.

O acesso a mercados institucionais, como observado pela CAEF e Baixa do galo, que fornece para a UFAL - Campus Sertão, em Delmiro Gouveia - AL, são importantes na garantia

ao acesso ao mercado, mas podem não ser suficientes para absorver toda a produção e permitir o crescimento da atividade.

A inserção dos produtos do ouricuri em mercados institucionais, ainda que de maneira incipiente, pode ser considerado um avanço, demonstrando a viabilidade desses canais como um garantidor de estabilidade na demanda e preços mais justos, perfeitamente alinhadas com políticas de fortalecimento da agricultura familiar (GUANZIROLI *et al*, 2012).

Retornando novamente ao Quadro 1, pode ser observado que as instituições possuem níveis diferentes de organização quanto ao volume de produção, retorno financeiro e pessoas envolvidas na comercialização. Quanto ao volume da produção, CAEF, APASA e Associação Comunitária Baixa do Galo conseguiram estimar a quantidade de produtos e o retorno financeiro. Com relação as pessoas envolvidas na comercialização em sua maioria há o envolvimento de mais de 5 pessoas, exceto no caso da Associação das Mulheres Quilombolas da Serra das Viúvas, que ocorre de maneira individual.

Foi observada, ainda, na pesquisa a relação entre o apoio institucional e a organização das entidades. Assim aquelas com maior apoio como CAEF e Baixa do Galo estão entre as mais estruturadas comercialmente. Melo (2020) ressalta que a falta de assistência técnica e de políticas públicas específicas para a atividade se constitui em um dos principais entraves para a formalização e profissionalização da cadeia produtiva. Concorrente a ausência de políticas públicas específicas e acessíveis, está a falta de uma adequada infraestrutura que possibilite o beneficiamento dos produtos e o acesso a mercados mais estruturados. A Figura 12, apresenta a infraestrutura de armazenamento de uma das instituições.

Somando-se a esses fatores podemos incluir a falta de certificações, o que agregaria mais valor e nichos de mercado, como exemplo de produtos da sociobiodiversidade (Embrapa, 2022).

Outro fato importante e não relatado pelas entidades, foi o apoio técnico recebido através de projetos como o Ser-tão Mulher, Juventude e Caatinga Viva, desenvolvido pelo Instituto Terra Viva desde 2020 no município de Inhapi.



Figura 12: Armazenamento da safra para produção ao longo do ano. CACTUS, Senador Rui Palmeira, Alagoas, Brasil. Fonte: Autoria própria, 2025.

Esses projetos trabalharam diversos processos de formação desde temas como: associativismo marketing, a gestão de negócios, associativismo e cooperativismo, bem como a formulação de logomarca, desenvolvimento de receitas, para além das capacitações, também houve aquisições e desenvolvimento de maquinários para o beneficiamento.

Sobre o ambiente institucional **para o extrativismo no semiárido alagoano** relativo a cadeia do extrativismo do ouricuri a pesquisa revelou uma fragilidade estrutural combinada com uma baixa articulação entre os órgãos públicos e os extrativistas, se traduzindo na ausência de políticas específicas para o fortalecimento e desenvolvimento da atividade, pois mesmo existindo políticas como PAA e PNAE, e linhas de crédito PRONAF, elas não são acessadas de forma plena (ou mesmo em sua totalidade) pelos extrativistas, criando um cenário de iniciativas isoladas, comprometendo assim, a atividade como política de desenvolvimento territorial.

Diversos fatores podem ser atribuídos a falta de acesso as políticas públicas, no entanto, é certo que essa carência limita a autonomia e a produtividade da atividade e, consequentemente, as comunidades. Para Castro e Freitas (2021), as políticas públicas são indispensáveis, pois proporcionam segurança alimentar, distribuição de renda, inclusão social e econômica das comunidades.

A falta de acesso a linhas de crédito rural do PRONAF impede os investimentos em infraestrutura e tecnologia, enquanto a não participação em programas de compras

governamentais, como o PAA e o PNAE, limitam o acesso aos mercados formais e institucionais. Essa lacuna de apoio é um dos principais entraves para a formalização e a profissionalização da cadeia produtiva, conforme destacado por Vidal (2023) em seus estudos sobre políticas públicas e extrativismo. Assim, se torna imperativo a criação de políticas públicas específicas para o extrativismo do ouricuri, que incluam assistência técnica, acesso a crédito e mercados para a concreta consolidação da atividade (MELO, 2020).

Sobre o **retorno social, econômico e ambiental obtidos a partir do extrativismo do ouricuri**, cabe destacar que o extrativismo do ouricuri no semiárido alagoano não é apenas uma atividade comercial, ela se configura por um complexo sistema de interações sociais, econômicas e ambientais, expressando uma possibilidade de promoção do desenvolvimento rural sustentável em uma região marcada pela vulnerabilidade climática e histórica exclusão social, devendo, portanto, ser analisada em dimensões interdependentes.

Na dimensão social, podemos perceber um espaço de empoderamento feminino, uma vez que a atividade é desenvolvida majoritariamente por mulheres, apontando um fortalecimento das mulheres como agentes econômicos e sociais, promovendo a redução da desigualdade de gênero no campo, cenário já descrito por Mota *et al* (2014), quando afirma que o extrativismo se constitui em um espaço privilegiado pelo protagonismo feminino, permitindo as mulheres exercerem a liderança comunitária e autonomia financeira.

Para além das questões de gênero, a atividade extrativista do ouricuri contribui com a preservação da cultura local, a produção de artesanatos e a utilização gastronômica. Estas são frutos de saberes repassados entre as gerações, além de reforçar o conceito de “novo rural” (ELESBÃO, 2007), no qual as atividades rurais perpassam a produção agrícola, incorporando elementos culturais e sociais.

Ainda que fragilizada pela carência de apoio institucional, a atividade expressa enorme potencial como base para a organização social, promovendo coesão comunitária e fortalecendo as organizações coletivas, tendo as associações exercido um papel central na articulação dos extrativistas, permitindo a troca de conhecimento além da realização de mutirões de coleta e beneficiamento.

Quanto aos retornos econômicos, os dados mostram uma heterogeneidade relacionada ao acesso a mercados. A pesquisa observou que parte dos grupos conseguem acessar mercados institucionais com o PNAE, ainda que de forma incipiente, porém esse acesso é de fundamental importância, garantindo preços mais justos e estabilidade para os extrativistas. Além disso, duas das cinco instituições pesquisadas tem o escoamento de suas produções em

feiras locais e mercados eventuais. A Amaqui comercializa seus produtos com turistas que visitam o assentamento e com uma empresa da capital do estado que faz pedidos eventuais. Recentemente tem divulgado os produtos em mídias sociais. A Cactus comercializa seus produtos em eventos pontuais e sob encomenda, que, embora limitados em escala, contribui para a dinamizar a economia municipal promovendo a circulação de recursos dentro da comunidade. Sobre esse tipo de mercado, Conterato (2013) aponta que estratégias de inserção em circuitos curtos de comercialização fortalecem a agricultura familiar ampliando as possibilidades de desenvolvimento territorial.

O extrativismo do ouricuri exerce também um papel fundamental quanto aos retornos ambientais, principalmente quando se considera o tripé da sustentabilidade, pois a atividade desde que manejada de forma agroecológica, promove o uso sustentável da espécie já perfeitamente adaptada ao ambiente, se contrapondo as práticas agropecuárias convencionais, que implicam em desmatamento e a degradação dos solos. Essa ideia corrobora com Silva e Miguel (2014), quando afirmam que o extrativismo pode ser compatível com a conservação da biodiversidade e manutenção dos serviços ecossistêmicos.

Outro ponto interessante é o potencial de integrar sistemas agroflorestais. Segundo a Embrapa (2022), a palmeira do ouricuri pode ser cultivada em consórcio com outras espécies da caatinga, funcionando como componente crucial para recuperação de áreas degradadas e na diversificação produtiva, conectando o extrativismo a restauração ecológica e ao enfrentamento das mudanças climáticas, alinhando-se com as políticas de agroecologia e produção orgânica retomadas recentemente no país.

Cabe destacar que as palmeiras, em especial do ouricuri, desempenham papel fundamental, pois frutifica durante o ano inteiro, garantindo alimento à fauna e aos rebanhos domésticos no transcorrer do ano, principalmente nos períodos de seca. Além disso, suas folhas e raízes protegem o solo de processos erosivos, favorecendo a infiltração da água reduzindo os efeitos dos processos de desertificação, que é hoje um dos principais problemas do semiárido alagoano (ISPN, 2024).

A despeito dos vários desafios para o desenvolvimento da atividade, o extrativismo do ouricuri possui potencial expressivo de inserção mercadológica, especialmente em nichos de mercado voltados para o consumo sustentável, tradicionais e artesanais, mas não só, o múltiplo uso da palmeira, possibilita a inserção em vários segmentos de mercado, desde o alimentício à indústria, mostrando seu potencial para o desenvolvimento rural sustentável.

## 6 CONCLUSÃO

Os resultados demonstraram que o extrativismo do ouricuri, apesar de ainda se estruturar majoritariamente em bases artesanais e com baixa tecnificação, constitui alternativa concreta de diversificação produtiva e geração de renda para a agricultura familiar. As instituições mapeadas (CACTUS, AMAQUI, CAEF, APASA e Associação Comunitária Baixa do Galo) apresentaram trajetórias e arranjos organizativos distintos, mas que convergem quanto ao papel do ouricuri como recurso de sociobiodiversidade capaz de sustentar circuitos produtivos locais, reforçar vínculos comunitários e ampliar oportunidades econômicas em territórios marcados por vulnerabilidades socioambientais.

No plano social, destaca-se o protagonismo feminino como um dos achados mais relevantes. A participação de mulheres é expressiva e, em diversos casos, central em todas as etapas da cadeia, desde a coleta e o beneficiamento até a organização e a comercialização, o que fortalece a autonomia econômica, amplia a participação social e requalifica o lugar das mulheres nas dinâmicas produtivas e associativas do semiárido. Para além do aspecto de gênero, o extrativismo do ouricuri também contribui para a preservação e valorização de saberes tradicionais, tanto na produção gastronômica quanto no artesanato com palha, reforçando a dimensão cultural do “novo rural”, em que o espaço rural não se reduz ao agrícola, mas incorpora funções sociais, identitárias e econômicas múltiplas.

Na dimensão econômica, observou-se heterogeneidade entre os grupos quanto ao volume produzido, capacidade de planejamento, retorno financeiro e número de pessoas envolvidas na comercialização. Parte da produção permanece fortemente dependente de circuitos curtos, feiras e vendas sob encomenda; em paralelo, há experiências de inserção incipiente em mercados institucionais, as quais se revelam particularmente relevantes por oferecerem maior previsibilidade de demanda e preços mais justos. Ainda assim, a comercialização segue limitada em escala e alcance, e o retorno econômico observado é inferior ao potencial de exploração do ouricuri, sobretudo quando se considera a possibilidade de maior agregação de valor e diversificação de produtos.

Nesse sentido, um resultado importante do estudo é a constatação de subutilização do potencial da palmeira e de seus derivados. No recorte pesquisado, os usos se concentraram principalmente em produtos gastronômicos (bolos, pães, doces, broas, picolés, cocadas, coquinhos caramelizados) e em artesanato (vassouras, cestos, bolsas e peças decorativas),

permanecendo pouco exploradas outras aplicações possíveis, inclusive aquelas associadas a mercados de maior valor agregado. Essa limitação não decorre de ausência de potencial da espécie, mas de gargalos estruturais: insuficiência de tecnologia apropriada, carência de equipamentos para beneficiamento (com destaque para a quebra/extração da amêndoa), baixa capacidade de padronização e regularização, fragilidades logísticas e escassez de estratégias comerciais mais robustas (marca, embalagens, canais de venda, certificações).

Quanto ao ambiente institucional, os achados apontam um descompasso entre a relevância socioambiental do extrativismo e o nível de apoio efetivamente acessado pelos grupos. Embora existam políticas e instrumentos orientados à agricultura familiar e à comercialização (a exemplo de compras públicas e linhas de crédito), a pesquisa identificou baixa articulação com órgãos públicos e ausência de políticas específicas e contínuas para o fortalecimento da cadeia do ouricuri, o que restringe investimentos em infraestrutura, formação, assistência técnica, modernização de processos e acesso a mercados formais. Ao mesmo tempo, o estudo evidencia que experiências de apoio técnico e organizativo, quando presentes (inclusive via projetos e parcerias), tendem a se refletir em maior estruturação comercial e produtiva, indicando que o gargalo não é “falta de capacidade social”, mas insuficiência de condições e instrumentos de fomento adequados à realidade local.

Do ponto de vista ambiental, o ouricuri se apresenta como espécie estratégica para o semiárido, tanto por sua adaptação ecológica quanto pelos serviços ecossistêmicos associados. A palmeira frutifica ao longo do ano, contribuindo para a segurança alimentar de fauna e rebanhos em períodos de seca; suas folhas e raízes favorecem a proteção do solo, auxiliam a infiltração de água e podem contribuir para a mitigação de processos erosivos e de desertificação. Além disso, a possibilidade de integração do ouricuri em sistemas agroflorestais e arranjos produtivos diversificados amplia seu papel como elemento de restauração ecológica e de adaptação climática, reforçando a compatibilidade entre geração de renda e conservação da Caatinga, desde que haja manejo sustentável e governança territorial.

À luz dessas evidências, conclui-se que o extrativismo do ouricuri no semiárido alagoano reúne condições reais para se consolidar como vetor de desenvolvimento rural sustentável, desde que apoiado por um conjunto articulado de medidas públicas e ações de fortalecimento organizativo. Entre as prioridades que emergem diretamente dos resultados, destacam-se: (i) Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) continuada e especializada em cadeias da sociobiodiversidade, com foco em manejo sustentável, boas práticas de

beneficiamento, gestão e comercialização; (ii) acesso a crédito e fomento compatíveis com empreendimentos coletivos e agroindústrias de pequeno porte; (iii) investimentos em infraestrutura e tecnologias apropriadas (especialmente para quebra/extração de amêndoas, armazenamento, padronização e adequação sanitária); (iv) ampliação de canais de comercialização, com atenção tanto a mercados institucionais quanto a circuitos curtos estruturados e estratégias digitais, e construção de identidade de produto; e (v) incentivos à conservação e ao uso sustentável da Caatinga, conectando o extrativismo a políticas ambientais, agroecológicas e de desenvolvimento territorial.

Por fim, recomenda-se que pesquisas futuras aprofundem dimensões ainda pouco consolidadas: quantificação sazonal e territorial da oferta, avaliação de viabilidade técnico-econômica de tecnologias de beneficiamento em diferentes escalas, monitoramento ecológico da pressão de coleta e da regeneração natural, e experimentação de modelos de manejo/consórcios produtivos que conciliem produtividade, conservação e resiliência climática. Em síntese, mais do que uma atividade econômica, o extrativismo do ouricuri representa uma oportunidade objetiva de inclusão socioprodutiva, valorização cultural e conservação ambiental; transformar esse potencial em política efetiva e em estratégia territorial de longo prazo é o passo decisivo para que o ouricuri cumpra, em Alagoas, o papel de base estruturante de um desenvolvimento rural verdadeiramente sustentável.

## 7 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Jalcione. Da ideologia do progresso à ideia de desenvolvimento (rural) sustentável. In: ALMEIDA, Jalcione e NAVARRO, Zander. **Reconstruindo a agricultura: ideias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável**. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 3a ed. 2009. p. 33-55. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/pgdr/wp-content/uploads/2021/12/645.pdf>

ANTONIASSI, Rosemar; MIRANDA, Priscila Coutinho; FERREIRA, Gleize Fiaes et al. Nutritional evaluation of Syagrus coronata kernels and development of cookies prepared with cassava flour and licuri kernels. *Food Science and Technology*. 2021. DOI: 10.1590/fst.69720

AROUCHA, Mauricio Lins, LINS, Edvalda pereira Torres. **Boas Práticas de Manejo para o Extrativismo Sustentável do Licuri**. Brasília: Instituto Sociedade, População e Natureza. 2013.

BEZERRA, G. de M.; ASSIS, M. C. de; CABRAL, P. da S.; RODRIGUES, R. de J.; ROCHA, M. M. da; ALVES, C. T.; HOCEVAR, L. S. Syagrus Coronata: uma revisão do potencial de aproveitamento energético do Licuri. OBSERVATÓRIO DE LA ECONOMÍA LATINOAMERICANA, [S. l.], v. 22, n. 8, p. e6378, 2024. DOI: 10.55905/oelv22n8-176. Disponível em: <https://ojs.observatoriolatinoamericano.com/ojs/index.php/olel/article/view/6378>. Acesso em: 26 out. 2025.

BRAGA, Gustavo Bastos. **Por uma caracterização dos territórios segundo o modo de vida rural e/ou urbano**. 2015. Tese (Extensão Rural). Universidade Federal de Viçosa. Viçosa, MG, 2015.

BRASIL, Lei nº 11.947 de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do programa dinheiro direto na escola aos alunos da educação básica.

BRASIL, MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. Licuri, Syagrus coronata (Mart) Becc. Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo. Brasília: MAPA/ACS, 2014. 47 p. Série: Cadernos de Boas Práticas para o Extrativismo Sustentável Orgânico.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário. Conheça as políticas e programas do MDA. Ministério do desenvolvimento agrário a agricultura familiar, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mda/pt-br/noticias/2024/07/conheca-as-politicas-e-programas-do-mda>. Acesso em: 03.05.2025.

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente. **Caatinga**. 2024. Disponível em: <https://antigo.mma.gov.br/biomas/caatinga.html>.

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente. Desenvolvimento Rural, 2025 Disponível em: <https://antigo.mma.gov.br/desenvolvimento-rural.html>. Acesso em: 03.05.2025.

CASTRO, César Nunes de; FREITAS, Rogério Edvado. Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.- Brasília : Rio de Janeiro: Ipea, 2021. <https://repositorio.ipea.gov.br/server/api/core/bitstreams/6624219f-8c2f-4093-8f39-83868ed8addf/content>

CONTERATO, Marcelo. Antônio. ET AL (Org.) **Mercados e agricultura familiar: interfaces, conexões e conflitos**. Porto Alegre, RS: Via Sapiens, 2013. *E-book*.

COSTABEBER, José Antonio; CAPORAL, Francisco Roberto. **Possibilidades e alternativas do desenvolvimento rural sustentável**. I Congresso Internacional sobre Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural Sustentável. 2002, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS. Disponível em: <https://www.bibliotecaagpatea.org.br/agricultura/agroecologia/artigos/POSSIBILIDADES%20E%20ALTERNATIVAS%20DO%20DESENVOLVIMENTO%20RURAL%20SUSTENTAVEL.pdf>

COUTINHO, Ícaro Johnson Lessa. **Análise do extrativismo do Ouricuri (Syagrus Coronata) (Martius) Beccari por mulheres no médio sertão de Alagoas**. 2014. Dissertação (Ecologia Humana e Gestão Socioambiental) Universidade do Estado da Bahia. Paulo Afonso, BA, 2014. CREPALDI, Iara Cândido; ALMEIDA-MURADIAN, LIGIA BICUDO DE; RIOS, Magda Dias Gonçalves; PENTEADO, Marilene de Vuono Camargo; SALATINO, Antonio. Composição nutricional do fruto de licuri (Syagrus coronata (Martius) Beccari). *Revta brasil. Bot.*, São Paulo, V.24, n.2, p.155-159, jun. 2001. <https://doi.org/10.1590/S0100-84042001000200004>.

DRUMOND, Marcos Antônio. Licuri Syagrus coronata (Mart.) Becc. Petrolina: Embrapa

Semi-Árido, 2007. 16 p.

<https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/152644/1/SDC199.pdf>

ELESBÃO, Ivo. O espaço rural brasileiro em transformação. **Finisterra**, [S. l.], v. 42, n. 84, 2007. DOI: 10.18055/Finis1421. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/finisterra/article/view/1421>. Acesso em: 3 mai. 2025.

EMBRAPA. Visão 2030 : o futuro da agricultura brasileira. – Brasília, DF : Embrapa, 2018. Disponível em: <https://www.embrapa.br/documents/10180/9543845/Vis%C3%A3o+2030++o+futuro+da+agricultura+brasileira/2a9a0f27-0ead-991a-8cbf-af8e89d62829>

EMBRAPA. Fernanda Birolo. **Prosa Rural - Aproveitamento de produtos e coprodutos do licuri**. Brasil, 2012. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/2303288/prosa-rural---aproveitamento-de-produtos-e-coprodutos-do-licuri>

EMBRAPA. **Propagação e plantio do umbuzeiro (Spondias tuberosa Arr. Cam) para a agricultura familiar do semiárido baiano**. 2022. Disponível em> <https://www.embrapa.br/busca-de-solucoes-tecnologicas/-/produto-servico/2626/propagacao-e-plantio-do-umbuzeiro-spondias-tuberosa-arr-cam-para-a-agricultura-familiar-do-semiarido-baiano>.

EMBRAPA. **Bioma Caatinga**. 2024. Disponível em: <https://www.embrapa.br/agencia-de-informacao-tecnologica/tematicas/bioma-caatinga>

EULER, A. M. C.; SILVA, J. E. C. Da; ALMEIDA, H. S. Reservas extrativistas. In: CRESTANA, S.; CASTELLANO, E. G.; ROSSI, A. (ed.). Espaços especialmente protegidos e o Direito Ambiental. Brasília, DF: Embrapa, 2021. cap. 13, p. 756-770. (Direito Ambiental, v. 4). <https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/handle/doc/1137812>

FAO. **Building a common vision for sustainable food and agriculture: principles and approaches**. Rome: Food and Agriculture Organization of the United Nations, 2014. Disponível em: <https://openknowledge.fao.org/server/api/core/bitstreams/cd7ebb4f-da7c-474d-83df-b5cc224d2ff8/content>. Acesso em: 04.05.2025.

FAVARETO, Arilson da Silva. **Paradigmas do desenvolvimento rural em questão – do agrário ao territorial**. 2006. Tese (Doutorado em Ciência Ambiental) – Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

FERREIRA DE FREITAS, Alan; FERREIRA DE FREITAS, Alair; MINÁ DIAS, Marcelo. Mudanças conceituais do desenvolvimento rural e suas influências nas políticas públicas. **Revista de Administração Pública - RAP** [en linea]. 2012, 46(6), 1575-1597. ISSN: 0034-7612.

<https://doi.org/10.1590/S0034-76122012000600008>

GUANZIROLI, Carlos Enrique; BUAINAIN, Antonio Marcio; SABBATO, Alberto Di. Dez Anos de Evolução da Agricultura Familiar no Brasil: (1996 e 2006). **RESR**, Piracicaba: SP, Vol. 50, Nº 2, p. 351-370, Abr/Jun 2012.

HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. Extrativismo vegetal na Amazônia : limites e oportunidades. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, Centro de Pesquisa Agroflorestal da Amazônia Oriental. - Brasília: EMBRAPA-SPI, 1993. <http://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/handle/doc/385157>.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Senso agropecuário. 2017. Disponível em: <https://censoagro2017.ibge.gov.br/>

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Portal Cidades. 2022. <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/al/panorama>.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. PEVS - Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura. 2024. Acesso em: 26 de outubro de 2025. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/9105-producao-da-extracao-vegetal-e-da-silvicultura.html?=&t=resultados>

ISPN, Instituto Sociedade, Política e Natureza. **Ameaças a Caatinga**. 2024. Disponível em: <https://ispn.org.br/biomas/caatinga/ameacas-a-caatinga/>

KAGEYAMA, Angela. Desenvolvimento rural: conceito e medida. Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v. 21, n. 3, p. 379-408, set./dez. 2004.

LAZZARI, Francini Meneghini; SOUZA, Andressa Silva. **Revolução verde: impactos sobre os conhecimentos tradicionais**. 4º Congresso Internacional de Direito e Contemporaneidade. 2017, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2017. Disponível em: <https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/563/2019/09/4-3-1.pdf>.

LEMES, Tiago Eduardo; GOMES, Lucas de Oliveira. **Características socioeconômicas do extrativismo no Brasil**. 7º Congresso Tecnológico da Fatec Mococa v. 4 n. 1, 2021.

LONGA, Romero Fanny. “Fazer artesanato para fazer a roça”: práticas sociotécnicas na Comunidade Quilombola da Serra das Viúvas. **Ciências Sociais Unisinos**. 2014;50(3):281-292. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=93835316011>

LOPES, Ulysses Gomes Cortez; MOURA, Flávia de Barros Prado. Ouricuri: etnoecologia e religiosidade no semiárido brasileiro. **Revista Ouricuri**, Brasil, v. 2, n. 1, p. 009–025, 2019. DOI: 10.59360/ouricuri.vol2.i1.a6454. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/ouricuri/article/view/6454>. Acesso em: 5 maio. 2025.

MACEDO, Tahysa; SILVA, Andrews; GONÇALVES, Maria; AGUIAR-DIAS, Ana. Pau-brasil: como conservar sem conhecer? *Diversidade e Gestão* vol. 2, nº 2 (2018): dezembro, 189-197, 2018. <https://itr.ufrrj.br/diversidadeegestao/diversidade-e-gestao-vol-2-no-2-2018/>

MACHADO, Hairam. As amêndoas têm que estar inteiras! tradição, tecnologia, educação e relações de gênero na cadeia produtiva do coco babaçu. Tese (doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2020.

MAIA, Cláudia Machado; FILIPPI, Eduardo Ernesto; RIEDL, Mário. Território, Ruralidade e Desenvolvimento Regional. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**. G&DR • v. 5, n. 1, p. 191-202, jan-abr/2009, Taubaté, SP, Brasil.

MARQUES, Marta Inês Medeiros. O conceito de espaço rural em questão. **Terra Livre**, [S. l.], v. 2, n. 19, 2015. DOI: 10.62516/terra\_livre.2002.160. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/160>. Acesso em: 5 maio. 2025.

MELO, Sued Wilma Caldas; OLIVEIRA, Luiz Guilherme de. A dinâmica da inovação na agricultura familiar do semiárido potiguar. **Desenvolv. Meio Ambiente**, v. 55, Edição especial. Sociedade e ambiente no Semiárido: controvérsias e abordagens, p. 517-537, dez. 2020. Disponível em: <https://biblioteca.cegafiunb.com/biblioteca-monitora-2/a-dinamica-da-inovacao-na-agricultura-familiar-do-semiarido-potiguar/>

MESQUITA, Benjamin Alvino de. AS MULHERES AGROEXTRATIVISTAS DO BABAÇU: a pobreza a serviço da preservação do meio ambiente. *Revista de Políticas Públicas*, v.12, n. 1, p. 53–61, 30 Jul 2015 Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/3835>.

MOTA, Dalva Maria da; SCHMITZ, Heribert; JÚNIOR, Josué Francisco da Silva; Raquel

Fernandes de Araújo Rodrigues. O trabalho familiar extrativista sob a influência de políticas públicas. RESR, vol.52, nsuppl.1, p.189-204, 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20032014000600010>

NAVARRO, Zander. Meio século de interpretações sobre o rural brasileiro (1968-2018). **Rev. Econ. Sociol. Rural** 57 (3). Jul-Sep 2019. <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2019.219449>

OLIVEIRA, Joseane. **A agricultura/extrativista do ouricuri-** trabalho e sociabilidade. Meio ambiente e desenvolvimento sustentável. Universidade Católica do Salvador. 2007.

OLIVEIRA, Maria Aparecida; SILVA, Emanuela Guirra; SOARES, Lúcia Maria Pires Cardel; LEMES, Claudia Luizon Dias. Syagrus Coronata (Mart.) Becc.) Espécie de Multiuso no Semiárido Brasileiro. In: Agrárias: pesquisa e inovação nas ciências que alimentam o mundo. vol I. Eduardo Eugênio Spers (organizador). Curitiba, PR: Artemis, 2020. DOI 10.37572/EdArt\_064300620

PASQUALOTTO, Nayara; KAUFMANN, Marielen Priscila; WIZNIEWSKY, José Geraldo. **Agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável**. 1. ed. Santa Maria, RS: UFSM, NTE, 2019. *E-book*.

RODRIGUES, Gabriel Magalhães; BORGES, Márcio Silva; VIRGINIO, Juliana da Silva; VERGNANO, Carolina Gomes. Políticas públicas para o desenvolvimento rural: redes, formuladores, arenas e modalidades. **Latin American Journal of Development**, Curitiba, v. 3, n. 4, p. 1716-1734, jul./ago. 2021. DOI: 10.46814/lajdv3n4-003.

RODRIGUES LIMA, José Rafael; SANTOS LEITE, Kerolayne; DOS SANTOS SILVA, João Victor; PEREIRA LOPES NETO, José Honório; ALMEIDA SILVA, Joanna Beatriz. CARACTERIZAÇÃO DE BARRAS DE CEREAIS ENRIQUECIDAS COM COCO OURICURI (Syagrus coronata). Revista Brasileira de Agrotecnologia, [S. l.], v. 11, n. 2, p. 757–761, 2021. DOI: 10.18378/REBAGRO.V12I2.8875. Disponível em: <https://www.gvaa.com.br/revista/index.php/REBAGRO/article/view/8875>. Acesso em: 25 out. 2025.

SCHNEIDER, Sergio. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Revista de Economia Política**, vol 30, nº 3 (119), pp 511-531, julho-setembro/2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-31572010000300009>

SILVA, José Graziano da. Velhos e novos mitos do rural brasileiro. **Dossiê Desenvolvimento Rural**. Estud. av. 15 (43). Dez 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142001000300005>

SILVA, Camila Vieira da; MIGUEL, Lovois de Andrade. Extrativismo e Abordagem Sistêmica. Novos Cadernos NAEA, v. 17 n. 2. p. 189-217, dez. 2014. <https://www.periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/1580>.

VEIGA, José Eli da. O Brasil rural ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento. **Dossiê Desenvolvimento Rural**. Estud. av. 15 (43), Dez, 2001. <https://doi.org/10.1590/S0103-40142001000300010>

VIDAL, Maria de Fátima. Extrativismo: Recursos Florestais Naturais. **Caderno Setorial ETENE**, Fortaleza, ano 8, n. 299, p. 1-17, out. 2023.

XAVIER, Simón Fernández; DOLORES, Dominguez Garcia. Desenvolvimento rural sustentável: uma perspectiva agroecológica. **Agroecol.e Desenv.Rur.Sustent.**, Traduzido por CAPORAL, Francisco Roberto. Porto Alegre, v.2, n.2, abr./jun.2001.

## APÊNDICES

### APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO



# EXTRATIVISMO DO OURICURI COMO ALTERNATIVA PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL EM ALAGOAS

**Mestrando: Davi de Barros Mendes**

**Orientador: Prof. Dr. Luciano Brandão**

Proposta questionário

Este questionário é parte integrante do trabalho de conclusão de curso (Dissertação de mestrado) do PPGTEC- IFAL (Programa de Pós-Graduação em Tecnologias Ambientais do Instituto Federal de Alagoas), e tem o objetivo de levantar informações acerca da atividade voltada ao extrativismo do Ouricuri (*SYAGRUS CORONATA*) em Alagoas, a fim de apresentar um quadro-cenário da atividade no estado.

### **Questionário de Identificação das Entidades: Associativas, grupos, cooperativas...**

1. Identificação da instituição consultada
  - 1.1 - Nome:
  - 1.2 - Tempo de existência:
  - 1.3 - Objetivo/finalidade:
2. Tipo
  1. ( ) Ongs, autarquias, agências...
  2. ( ) Poder público
  3. ( ) Associações, cooperativas, sindicato, etc...
3. Cidade/região:

## ASSOCIAÇÕES DE PRODUTORES

1. Quantos agricultores extrativistas participam da Instituição?
2. Quantos são do sexo feminino e quanto do sexo masculino?
3. A quanto tempo os extrativistas estão trabalhando com a cultura do Ouricuri?
4. Qual a área ocupada pela cultura do Ouricuri?
5. Toda esta área é manejada de forma extrativista? Qual seria a área do extrativismo?
6. Há um manejo agrícola na cultura do Ouricuri? Caso sim, utiliza-se de práticas sustentáveis ou agroecológicas para o manejo?
7. Qual o uso é feito da planta de Ouricuri (folhas, palhas, frutos, troncos)?
8. É feito algum tipo de beneficiamento ou a comercialização restringe-se ao produto *in natura*?
9. Quais são os produtos *in natura* comercializados?
10. Qual o volume de produção e comercialização do(s) produto(s) *in natura*?
11. Qual o mercado acessado para a comercialização do(s) produto(s) *in natura*?
12. Qual o retorno financeiro oriundo da comercialização do(s) produto(s) *in natura*?
13. Quantas pessoas estão envolvidas na comercialização do(s) produto(s) *in natura*? E qual o papel delas neste processo?
14. Quais são os produtos beneficiados comercializados?
15. Qual o volume de produção e comercialização do(s) produto(s) beneficiados?
16. Qual o mercado acessado para a comercialização do(s) produto(s) beneficiados?
17. Qual o retorno financeiro oriundo da comercialização do(s) produto(s) beneficiados?
18. Quantas pessoas estão envolvidas na comercialização do(s) produto(s) beneficiados? E qual o papel delas neste processo?
19. A quanto tempo os associados estão trabalhando com o beneficiamento do Ouricuri?
20. Existe mais alguma forma para a comercialização do Ouricuri, além do *in natura* e beneficiado? Qual seria? Volume de produção e comercialização? Qual mercado acessado? Qual o retorno financeiro? E quantas pessoas envolvidas neste processo?
21. A comercialização é realizada diretamente pelo produtor/extrativista ou é realizada pela Instituição?
22. Qual seria o papel da Instituição no processo de produção, beneficiamento e comercialização?
23. Existe procura pelos produtos oriundos do Ouricuri? Quem são os principais compradores?

24. Quais os produtos mais procurados?

25. Existe alguma política pública para a cultura do Ouricuri, ou para o beneficiamento, ou para a comercialização? Cite

A política pública foi instituída por qual ente: municipal, estadual ou federal?

27. A política pública é acessada pelas agricultoras e agricultores extrativistas ou pela Instituição? Se for pela Instituição, como elas chegam até este público?

28. Quais são os principais problemas da atividade?

29. O que falta para o desenvolvimento da atividade?